

LEITURA NA IDADE MÉDIA: A RUPTURA COM A ORALIDADE*

CLAUDIO OMAR IAHNKE NUNES**

Ao longo da história há duas práticas sociais da leitura predominantes. A primeira é a leitura em voz alta, seja aquela realizada individualmente para fruição do próprio leitor, seja aquela realizada por um leitor e direcionada para a fruição de outrem. Esse “outrem” pode tanto ser apenas um ouvinte quanto uma platéia de ouvintes. Em tempos mais remotos, era mais freqüente que a leitura em voz alta tivesse como receptores uma platéia de ouvintes, dentre razões, pelo fato de que pequeno era o contingente de pessoas letradas. Contemporaneamente, quando ainda se pratica a leitura em voz alta, em geral, tem-se apenas um indivíduo como receptor. É verdade que em situações de ensino-aprendizagem há platéias, mas aí a leitura encontra-se num contexto substancialmente distinto daquele que é objeto das reflexões que originaram este texto.

O que se pretende neste texto é exercitar uma discussão sobre a substituição de uma prática social, a leitura em voz alta, por outra, a leitura silenciosa. Trata-se de uma premissa que declara que cada uma dessas práticas foi hegemônica em momentos históricos bem demarcados. Por conseguinte, assume-se que, com o exame de alguns aspectos marcantes em cada um deles, seja possível evidenciar os fatores que contribuíram para a preponderância da leitura silenciosa. Antecipa-se que este fato contemporâneo tem na Idade Média seu momento de clivagem.

Para melhor compreensão da reflexão proposta, é útil que se enfatize a distinção entre *leitura como prática social* e *leitura como técnica*. Sob o ponto de vista técnico, o que se faz é o exame da leitura como percepção e decodificação de signos, com o uso da visão ou do tato, inscritos sobre um determinado suporte. Nesse caso, para o que

* Texto elaborado com base na comunicação apresentada no I Congresso Internacional de Estudos Históricos, em Rio Grande, em novembro de 2006.

** Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG; Doutor em Ciências da Comunicação.

interessa neste texto, não há maiores implicações decorrentes do fato de que a leitura seja feita silenciosamente ou em voz alta.

Já o exame da leitura como prática social apresenta implicações mais complexas decorrentes do modo como é realizada – se em voz alta ou se em silêncio. Sob a perspectiva histórico-social, o conceito de *prática social* é parte do processo mais abrangente de produção, reprodução e, de tempos em tempos, de transformação, das condições materiais e ideais próprias de uma dada sociedade – e que afetam as estruturas econômicas, políticas e sociais dessa mesma sociedade. É no âmbito destas estruturas que são forjadas as relações sociais que possibilitam a existência dos indivíduos em sociedade¹. Acrescente-se que, para que tais estruturas funcionem eficazmente, é mister que o imaginário compartilhado pelos indivíduos que integram uma dada sociedade seja convenientemente legitimado pelos mecanismos intrínsecos ao processo mencionado.

Dentre tais mecanismos, desde os primórdios da civilização, sobressaem a família, a religião e o Estado – em especial no Ocidente, que é a configuração histórica a que se referem mais precisamente as reflexões deste texto. Não por acaso, os dois últimos mecanismos mencionados confundem sua própria formação e evolução com a *invenção* da escrita e, por decorrência, com a prática social da leitura.

Na Mesopotâmia, no Vale do Nilo, no Crescente Fértil e na Bacia do Mediterrâneo, as sociedades antigas *inventaram* sistemas de escrita em resposta à complexificação das atividades econômicas, do processo político e dos cultos religiosos, o que tornou progressivamente obsoleto o processo anterior de transmissão do conhecimento pela tradição oral. Com variações complexas demais para serem discutidas num texto sucinto como este, todas aquelas sociedades atribuíram a guarda da nova técnica a um grupo restrito de iniciados, em geral, religiosos. Isso se explica pelo caráter mágico ou divino atribuído à escrita e ao fato de que as manifestações religiosas confundiam-se com o poder político – ou estavam a serviço dele.

O caráter iniciático da escrita impôs desde logo uma divisão: quem dominava a técnica da escrita em geral também dominava a técnica da leitura. Mas o inverso nem sempre ocorria. Não era incomum que reis, magistrados, príncipes, generais e altos expoentes das hierarquias religiosas soubessem ler mas não soubessem escrever. Ou que soubessem escrever somente o *básico*. Afinal, seu papel social era

¹ MAZZEU, Francisco José Carvalho. Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 44. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100006. Acesso em: 15 ago. 2006.

o de exercer o poder político, militar e religioso – que, não raro, misturavam-se. Já o papel social de escrever² textos numa tableta de argila, numa folha de papiro, numa estela ou num rolo de papiro, era do escriba. Essa divisão social do trabalho, milenar, arraigou-se no imaginário social e, mais, legitimou-se como prática social, estendendo-se pelos séculos que se sucederam à derrocada das civilizações antigas, alcançando a Idade Média.

Pode-se especular que a civilização grega tenha experimentado uma tênue transformação nessa prática. Por que tênue? Dentre outras razões, porque seus filósofos, matemáticos, poetas, dramaturgos e outros sábios, que também eram cidadãos, podiam contar com os préstimos de discípulos anônimos e – não esqueçamos! – de escravos, não raro hábeis em alguma arte. Por que não a da escrita? Ademais, a atividade intelectual nas academias gregas aponta precisamente para esse traço distintivo: um mestre, luminar, rodeado de discípulos sequiosos pelos prazeres do *diálogo*. Talvez o caso mais exemplar seja o de Sócrates, cujos escritos chegaram a nós por terem sido compilados precisamente por seus discípulos.



Figura 1 – Cena de uma academia grega³

Permita o leitor a liberalidade a este escriba, para que *queime* etapas em suas considerações preliminares, de modo a que seja possível examinar com alguma pertinência o foco motivador desta reflexão: a ruptura da hegemonia da leitura em voz alta. Estabelecida a hegemonia dessa modalidade de leitura na Antigüidade, a civilização

² Preciosismo à parte, talvez fosse raro que o escriba, um artífice, escrevesse textos. Haja vista que lhe era vedado conceber ou interpretar textos, não seria mais apropriado dizer-se que os *inscrevia*?

³ Reprodução de parte da pintura de Rafael na Capela Sistina, baixada da página <http://www.success.co.il/is/conceptions.html>. Acesso em: 25 nov. 2006.

romana fez algumas tentativas que poderiam ter produzido uma ruptura. Duas dessas iniciativas merecem destaque: a primeira, a instituição das escolas para meninos, ainda que fossem “comumente, na confluência das ruas, *in triviis*, ao ar livre. E a cena mais *trivial*, dela, era o açoite tangendo as costas do menino”⁴. Sem entrarmos no mérito das relevantes questões pedagógicas inerentes a esse fato, destaquemos que os meninos recebiam ensinamentos de escrita e leitura. Por conseguinte, praticavam a leitura em voz alta e adquiriam também o preparo técnico para fazê-lo silenciosamente.



Figura 2 – Cena escolar na Roma Antiga (mosaico em Trier)⁵

É de se supor que os traços laicos do Estado romano tenham atuado como estimuladores de tais práticas, porém sem força suficiente para provocar uma ruptura com a modalidade socialmente legitimada da leitura em voz alta. Por quê? Dentre outras razões, porque somente os filhos das famílias ricas eram beneficiados com o ensino. Outros traços do próprio Estado e das estruturas econômicas e sociais daquela sociedade, como a escravidão, atuavam em sentido contrário, impedindo que transformações mais profundas se concretizassem.

⁴ TEIXEIRA, J. Melo; CAMPOS, M. Mendes. *Aspectos fundamentais da Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 292.

⁵ Disponível em: www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/ensinoroma/index.htm. Acesso em 15 maio 2006.

A segunda iniciativa da civilização romana que poderia ter afetado a hegemonia da leitura em voz alta foi a criação do primeiro sistema de bibliotecas públicas, implantado pelo mecenas, gramático, historiador e orador Caio Asínio Polião, que viveu entre 76 a.C. e 5 d.C. Polião também foi protetor de dois personagens que o superaram em prestígio e glória: Virgílio e Horácio. É verdade que a primeira biblioteca pública fora criada em Atenas, cinco séculos antes, por Psístrato, porém, também é fato que essa fora uma iniciativa isolada, sem o caráter do feito de Polião, executado em cumprimento aos planos de Júlio César, vale dizer, de uma política de Estado⁶. Ainda que tenha sido assim, a criação de vinte e oito bibliotecas públicas em Roma não foi suficiente para romper a hegemonia da leitura em voz alta – mas também não constitui um despropósito supor que, no ambiente das bibliotecas recém-criadas, seus leitores também praticassem a leitura silenciosa.

A ruptura daquela hegemonia ainda teria que esperar que outros fatores objetivos se materializassem no curso das transformações históricas que adviriam após a derrocada do Império Romano. O fator mais poderoso que poderia impulsionar uma ruptura, o contingente de pessoas letradas⁷, que sofrera módicos acréscimos durante a hegemonia greco-romana, refluíu ao longo de toda a Idade Média. Esse fenômeno está relacionado à ascensão da Igreja Católica ao centro do poder no mosaico em que se transformou a Europa, exercendo sua influência e poder na vida espiritual e material, pela imposição de dogmas cada vez mais restritivos e emprego de métodos repressivos e cruéis, o que afetou drasticamente a prática social da leitura. Essa prática só era permitida e estimulada quando a serviço da fé. Qualquer desvio ou suspeita de desvio era severamente punido. Esse controle mais rigoroso produziu conseqüências, dentre as quais sobressai o reforço da prática social da leitura em voz alta, com o que se assegurava que o leitor não se entregasse a interpretações ou devaneios pecaminosos.

Mas, além desse aspecto de controle, que pode ser e é questionado, há fatores mais objetivos, como, por exemplo, a escassez de livros, limitação que impunha a leitura em voz alta. Outro fator objetivo era o latim ou o grego da maioria dos códices medievais, em oposição à língua vernácula falada pelos aprendizes leitores.

Tais situações restritivas manifestavam-se em todas as esferas: na família, nas igrejas, nos conventos e nas poucas escolas em que

⁶ CUNHA, Vanda Angélica da. *Profissional da biblioteca pública contemporânea: o profissional e a demanda por educação continuada*. Salvador: UFBA, 2002. p. 33-34.

⁷ Sucintamente, “letrado” aplica-se a quem, além de saber ler e escrever (alfabetizado), adquiriu uma competência lingüística culta, erudita, literária.

meninos e, em número menor, meninas, filhos da nobreza, tinham acesso a dez anos de estudos⁸, preparatórios ao ingresso nas universidades. Um contingente ainda mais reduzido de crianças enjeitadas ou filhos da plebe encontrava abrigo em alguns conventos, onde religiosos lhes proporcionavam semelhante programa de estudos. Resumindo, ao longo da Idade Média a prática da leitura em voz alta não apenas manteve sua hegemonia, por decorrência de fatores objetivos, mas também foi reforçada por fatores conjunturais, relacionados à ascensão da Igreja Católica.



Figura 3 – Aula numa universidade medieval – iluminura do século XIII⁹

No contexto do esgotamento do mundo medieval, a invenção da tipografia, em 1455, é um evento emblemático, de clivagem entre dois tempos. A *fabricação* de livros em série gera duas conseqüências praticamente imediatas: acaba com a restrição representada pela

⁸ *Trivium*: Gramática, Retórica e Lógica; *Quadrivium*: Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

⁹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_medieval. Acesso em 15 abr. 2007.

pequena quantidade de livros disponíveis para as atividades de ensino, cultivo do espírito, divulgação de conhecimentos e fruição, e demanda a formação de um *mercado consumidor*. O que até então era um círculo vicioso, transforma-se no intervalo inferior a meia centúria num poderoso círculo virtuoso. Examinado esse fato no contexto de esgotamento do modo de produção medieval e de seu sistema político, seu impacto é ampliado exponencialmente, afetando outros processos históricos. Por exemplo, o Renascimento deve à tipografia a rápida impressão dos clássicos greco-latinos e retribuiu-lhe com lucros que a transformaram num negócio *mercantil*¹⁰. O ciclo de descobertas ultramarinas, a expansão urbana, a Reforma Protestante e tantos outros eventos ou processos que marcaram a passagem da Idade Média para os tempos modernos estão estreitamente vinculados à invenção da tipografia.

O impacto da tipografia afetou, como não poderia ser diferente, a prática social da leitura. Finalmente, a leitura em voz alta começaria a perder sua hegemonia para a leitura silenciosa. Mas, como em outras rupturas sociais, econômicas ou políticas, esta também não foi assim tão abrupta como pode sugerir a invenção da tipografia, quando examinada isoladamente.

Recuando mais de um século, por exemplo, vamos encontrar nas *Confissões*¹¹ de Santo Agostinho (*doutor* da Igreja Católica e filósofo que viveu entre 354 e 430) uma referência ao modo como o bispo de Milão, Ambrósio, praticava a leitura. Santo Agostinho observou que Ambrósio não lia (decifrava) as letras em voz alta, mas que o fazia silenciosamente, como se fosse feita com o espírito e não com os olhos e o movimento dos lábios. Ficou tão vivamente impressionado não apenas por ver uma pessoa ler em silêncio, o que era incomum na época, mas também porque lhe pareceu que Ambrósio havia silenciosamente descoberto, com aquela prática inusitada de leitura, “o ‘espírito’ e a ‘letra’ como analogia do eu ‘interior’ e do eu ‘exterior’”.

O estranhamento de Santo Agostinho, progressivamente, transmutou-se em comportamento comum, evidenciado nos ambientes mais diversos e inusitados, quando se observa o comportamento dos leitores contemporâneos. Nas bibliotecas, nos ônibus e metrô das grandes cidades, nos bancos das praças, em todos os lugares, os leitores percorrem os textos com o olhar, sem movimentar os lábios. Em seu livro

¹⁰ Os cerca de 20 milhões livros impressos até o último dia do último ano do século XV são denominados *incunábulos*, sendo que, devido à pressão da demanda, grande parte deles foi distribuída sem encadernação. Esse acabamento continuou durante algum tempo como uma arte independente da tipografia, o mesmo tendo ocorrido com as iluminuras,

¹¹ NEIVA, Eduardo. Vontade e contrato social em Santo Agostinho. *Alceu*, v. 6, n. 12, p. 206. Disponível em www.beatrix.pro.br/educacao/agostinho.htm. Acesso em 15 abr. 2006.

Uma história da leitura, Alberto Manguel sugere que, se Santo Agostinho retornasse à Milão contemporânea, com certeza se depararia com esse leitor típico “num café em frente à Igreja de Santo Ambrósio, (...) lendo talvez as *Confissões* de Santo Agostinho”¹². Quais os traços distintivos desse comportamento? A introspecção, a indiferença ao que se passa à sua volta, mesmo que seja o burburinho. Aliás, indiferença esta que encontra correspondência nos transeuntes, nos outros freqüentadores dos cafés, nos demais passageiros de ônibus e metrô. Como pôde se produzir esse padrão de comportamento? Como pôde se impor a hegemonia dessa prática de leitura em tão curto intervalo de tempo?

Recorrendo outra vez a Manguel, ele esclarece em sua obra que a exigência de silêncio é mencionada pela primeira vez em ordenações monásticas no século IX, com a finalidade de assegurar fidelidade e correção ao delicado e meticuloso trabalho dos copistas nos *scriptoria* medievais. Tais ordenações não mereceram aplauso unânime, haja vista que, até então, a cópia dos textos era um trabalho de equipe. Um copista lia o texto em voz alta, outro fazia a transcrição caligráfica. Por que era assim? Por causa da forma do pergaminho, em rolo. Não era prático nem produtivo que um mesmo copista desenrolasse um pergaminho, lesse-o silenciosamente e o reproduzisse num segundo pergaminho, que também precisava ser desenrolado. Por evidente, o ambiente do *scriptorium* – de fato uma oficina – não era silencioso. Como de praxe, quando foram editadas as ordenações exigindo silêncio, houve resistências – e não baseadas apenas em argumentos de natureza prática. Ao contrário, alguns monges mais dogmáticos resistiam a observar silêncio porque suspeitavam que a leitura feita assim propiciasse a que os copistas “sonhassem acordados”, o que configurava o perigo de que sucumbissem à moleza, ao sono, o que, aliás, não era incomum por volta do meio-dia. Com certeza, o rigor do regime monástico exigia dos copistas que acordassem muito cedo, em razão do que seu organismo, àquela hora, já apresentava cansaço. Era mais provável que os copistas sucumbissem a esse cansaço se executassem seu trabalho em silêncio do que se o fizessem lendo em voz alta. Como se vê, resistências motivadas por razões de ordem prática.

E o que a Idade Média providenciaria como solução a esse inusitado e singular problema? Um avanço técnico, prosaico se avaliado pelo olhar contemporâneo, mas revolucionário para a época: a substituição do rolo de pergaminho pelo códice. Surge assim a forma do livro moderno, aliás, preparando o caminho para a invenção da própria

¹² MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 58-59.

tipografia. Esse formado, que consumiu vários séculos para impor-se definitivamente sobre o rolo de pergaminho, permitia que um mesmo copista realizasse as duas tarefas, a da leitura do texto original e a da reprodução caligráfica daquele texto num novo códice. Pronto, dera-se um passo gigantesco que contribuiria para transformar os *scriptoria* dos mosteiros em fábricas de livros, no protótipo das tipografias quatrocentistas e das modernas editoras. E isso ocorreu em decorrência de duas inovações, uma comportamental – a exigência de silêncio –, e outra de reorganização (hoje se diria “reengenharia”) social do trabalho – atribuindo-se a uma mesma pessoa a execução de duas tarefas até então distintas.

Essa mudança não ficou circunscrita somente ao mundo do trabalho, mas alcançou a esfera ideológica e, principalmente, teológica. Ocorre que a leitura em silêncio, se é que representou maior produtividade, também é fato que ensejou um perigo para quem detinha o controle do poder eclesiástico e político. O exercício desse poder estava estreitamente vinculado à circulação das idéias, dos dogmas. A reprodução dos livros pelo método da leitura em voz alta propiciava mais do que o pronto esclarecimento de dúvidas inevitáveis, haja vista problemas de tradução e de interpretação. Além dessas dúvidas, que agora quedavam sob o arbítrio de uma única consciência, acrescia-se o perigo da livre interpretação dos copistas, liberados que foram do controle de um interlocutor. Destravou-se assim, pela mudança de uma prática social, um poderoso mecanismo de controle político, o que produziria conseqüências devastadoras para a Igreja Católica, para o modo de produção e para a organização política medievais, como evidenciam os acontecimentos dos séculos XV e XVI.



Figura 4 – Copista realizando seu trabalho, num *scriptorium* medieval¹³

Já foi mencionado neste texto o caráter emblemático da invenção da tipografia, pela sua relação com a ascensão da leitura em silêncio como prática hegemônica e socialmente legitimada. Esse caráter é mais acentuado se considerar-se que Gutenberg inicia seu projeto de impressão da Bíblia em 1450 e só o conclui, falido, em 1455. Ora, é nesse intervalo de tempo que se convencionou demarcar o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, elegendo como evento demarcador a tomada de Constantinopla pelos otomanos, em 1453. À conjunção desses fatos históricos, que não apresentam relação de causa e efeito entre si, é certo, vem somar-se a construção de um novo homem, em que se salienta o traço da individualidade. Esse aspecto singular, contudo, guarda relação com o comportamento de leitura que foi tomando forma, progressivamente, nos séculos anteriores – e que converge, reforça e se acentua com a invenção da tipografia.

Daquele momento histórico em diante, nos séculos seguintes até a contemporaneidade, constata-se que a prática social da leitura segue via silenciosa, ampliando exponencialmente o contingente de leitores, alfabetizados e letrados, cada vez mais individualistas e solitários. A prática social da leitura em voz alta passou a segundo plano, reservada para finalidades de caráter mais utilitário, como, por exemplo, no processo ensino-aprendizagem, na mídia e nas manifestações lúdicas e

¹³ Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Scriptorium#Edad_Media.23El_scriptorium. Acesso em 15 abr. 2006.

artísticas. Na esteira dessa ruptura, a própria tipografia transmutou-se numa indústria poderosa, de molde capitalista, contribuindo decisivamente para inúmeras inovações técnicas que se sucederam nos últimos cinco séculos, assim como para a acumulação de capitais que estão na origem da indústria midiática contemporânea. Mas isto é assunto para reflexões posteriores.

